

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 40 se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

PROVA OBJETIVA

À luz dos princípios constitucionais relevantes às noções de direito penal, julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere que Gabriel tenha sido perseguido, logo após a prática de crime, em situação em que se presumia ser ele o autor da infração penal. Nesse caso, não se configura o flagrante delito.
- 2 No interrogatório, o silêncio do acusado implicará confissão, devendo o juiz assim adverti-lo.
- 3 É direito do preso a identificação dos responsáveis por sua prisão.

A respeito dos crimes e contravenções, julgue o item a seguir.

- 4 Crime e contravenções penais são espécies do gênero infrações penais.

No que concerne aos aspectos fundamentais da parte geral do Código Penal, julgue os seguintes itens.

- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Caio foi sujeito ativo do crime de adultério, quando essa conduta ainda era considerada crime. Posteriormente, foi promulgada lei que retirou o adultério do rol de crimes.
Nessa situação, Caio não pode ser punido, pois ocorreu *abolitio criminis*.
- 6 Como regra geral, a tentativa de crime deve ser punida com a pena correspondente à do crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- 7 Ocorre o crime de quadrilha ou bando quando associam-se duas pessoas ou mais, com a finalidade de cometer um crime.
- 8 Considere que Roberto, sendo atacado por um cão da raça *pit bull* pertencente a Régis, tenha atirado no cão, a fim de salvar-se. Nessa situação, Roberto não praticou crime, pois agiu em estado de necessidade.
- 9 Somente age em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu e não, de outrem.

Acerca dos crimes em espécie, julgue os itens subseqüentes.

- 10 Não se configura crime o homicídio impellido por motivo de relevante valor moral, cometido logo em seguida a injusta provocação feita pela vítima.
- 11 No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena deve ser aumentada de um terço à metade se o agente deixar de prestar socorro à vítima do acidente, quando for possível fazê-lo sem risco pessoal.
- 12 De acordo com o Código de Trânsito Nacional, não há crime de omissão de socorro se a vítima morrer instantaneamente.
- 13 A lesão corporal deve ser considerada de natureza grave se resultar em aceleração de parto.
- 14 Se as lesões corporais forem leves e recíprocas, o juiz pode substituir a pena de detenção pela de multa.
- 15 Constitui crime de trânsito a prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor. Esse crime pode resultar na proibição de obtenção de habilitação para dirigir veículo automotor.
- 16 Se o crime de violação de domicílio for praticado por funcionário público, fora dos casos legais, a pena correspondente deve ser aumentada de um terço.

Com relação aos crimes contra a administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 17 No caso de peculato culposo ou doloso, a reparação do dano antes da sentença extingue a punibilidade do sujeito ativo do crime.
- 18 Comete crime de peculato o agente que exige vantagem indevida, em razão de sua função, direta ou indiretamente.
- 19 Comete crime de corrupção passiva o agente que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão de sua função, vantagem indevida. Se essa solicitação for feita antes de ter o agente assumido a função pública, a pena deve ser reduzida.
- 20 Comete crime de prevaricação o agente que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse pessoal.

Com referência a aspectos históricos da legislação de trânsito brasileira e ao atual Sistema Nacional de Trânsito (STN), julgue os itens que se seguem.

- 21 O primeiro Código Nacional de Trânsito brasileiro foi implementado por meio do Decreto n.º 8.324, de 27 de setembro de 1910.
- 22 De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), os objetivos básicos do STN incluem o estabelecimento de diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e a fiscalização do seu cumprimento.
- 23 Em Aracaju, a função de órgão executivo de trânsito municipal é exercida pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT).

Julgue os itens subsequentes, relativos à sinalização de trânsito.

- 24 De acordo com dispositivo do CTB, o CONTRAN poderá autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não prevista no referido código.
- 25 Considere a seguinte situação hipotética.
Em uma via de trânsito, um comerciante fixou faixa de publicidade que impedia a visualização de uma placa de sinalização.
Nessa situação, o comerciante será passível de sanções previstas no art. 251 do CTB.
- 26 O interessado em fixar publicidade ou quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias deve obter, previamente, autorização do CONTRAN para fazê-lo.
- 27 Tanto o condutor, ao não respeitar a faixa destinada à travessia de pedestres, quanto o pedestre, ao não utilizar a referida faixa, são passíveis de punição com multa.
- 28 Os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na forma regulamentada pelo CONTRAN em sua Resolução n.º 83/1989.
- 29 Em uma faixa destinada à travessia de pedestres com sinalização semafórica, mesmo que o sinal esteja fechado, o agente da autoridade de trânsito poderá ordenar que os condutores desobedeçam ao referido sinal.
- 30 Em eventual defesa oposta contra uma notificação, não será aceita justificativa embasada na insuficiência ou incorreção da sinalização, sob pena de indeferimento sem julgamento de mérito.

- 31 A sinalização vertical de indicação visa alertar aos usuários da via para condições potencialmente perigosas. Suas mensagens são simples recomendações.
- 32 Diferentemente dos sinais verticais de regulamentação, as mensagens da sinalização horizontal são simples recomendações, razão por que sua inobservância não acarreta punição.
- 33 Em uma via com fluxos de sentidos opostos, popularmente conhecida como via de mão dupla, a sinalização horizontal de regulação do fluxo de trânsito é feita na cor amarela.
- 34 As marcas de canalização, também conhecidas como zebreado ou sargento, orientam os fluxos de tráfego em uma via, direcionando a circulação de veículos pela marcação de áreas de pavimento não-utilizáveis.
- 35 Na sinalização horizontal, as marcas transversais delimitam as áreas onde é proibido ou regulamentado o estacionamento e a parada de veículos, além de propiciarem melhor controle dessas áreas.
- 36 Os dispositivos e sinalizações auxiliares incluem os dispositivos de canalização, dos quais são exemplo os prismas de concreto, também conhecidos como gelo baiano.

Com referência à Resolução n.º 203/2006 do CONTRAN, que disciplina o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicleta, julgue o item abaixo.

- 37 De acordo com a resolução em apreço, o condutor e o passageiro de motocicleta têm de observar as mesmas exigências relativas a capacete e viseira, ou, na ausência desta, óculos de proteção.

Julgue o item seguinte, relativo a identificação externa de veículos.

- 38 As placas dianteira e traseira de identificação externa de veículos de representação diplomática têm fundo azul e caracteres brancos.

Acerca da Resolução n.º 197/2006 do CONTRAN, que regulamenta o dispositivo de acoplamento mecânico para reboque (engate) utilizado em veículos com PBT de até 3.500 kg, julgue o seguinte item.

- 39 Os veículos fabricados a partir da vigência da mencionada resolução do CONTRAN poderão utilizar qualquer modelo de engate, desde que o equipamento seja original de fábrica.

De acordo com os enquadramentos possíveis e prioritários, os códigos de infração 545-2 e 562-2 correspondem, respectivamente, a

- 40 estacionar o veículo de forma a impedir a movimentação de outro veículo; parar o veículo em local e horário proibidos especificamente pela placa de **proibido parar**.